

ANA CAROLINA SQUIZZATO

DIREITO

FINANCEIRO e ECONÔMICO

- Quadros sinóticos e esquemas
- Questões de concursos públicos
- Jurisprudência dos tribunais superiores
- Abordagem das matérias que compõem os editais dos principais concursos públicos
- Capítulo específico sobre Proteção ao Consumidor



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Squizzato, Ana Carolina

Direito financeiro e econômico / Ana Carolina Squizzato – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

ISBN 978-85-309-4338-7

1. Direito financeiro - Brasil. 2. Direito econômico - Brasil. I. Título.

12-3395.

CDU: 346(81)

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO FINANCEIRO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	3
1.1 Conceito de Direito Financeiro	3
1.2 Competência para legislar sobre Direito Financeiro	4
1.2.1 Constituição Financeira.....	5
1.2.2 Matérias reservadas à lei complementar	6
1.2.3 Rigidez do Direito Financeiro	6
1.3 Questões	7
CAPÍTULO 2 – DESPESA PÚBLICA.....	9
2.1 Conceito e características	9
2.2 Classificação das despesas públicas	10
2.2.1 Classificações doutrinárias	10
2.2.1.1 Quanto à previsão orçamentária	10
2.2.1.2 Quanto à competência do ente.....	10
2.2.1.3 Quanto à natureza	10
2.2.1.4 Quanto à regularidade.....	10
2.2.2 Classificação legal ou segundo a categoria econômica (Lei 4.320/1964)	11
2.2.2.1 Despesas correntes.....	11
2.2.2.2 Despesas de capital	12
2.2.3 Quadro sinótico – Classificação das despesas públicas	14
2.3 Execução das despesas públicas.....	14
2.3.1 Estágios da despesa	14
2.3.1.1 Previsão orçamentária da despesa (art. 167, I e II, CF) e obediência ao procedimento licitatório (art. 37, XXI, CF).....	15

2.3.1.2	Empenho.....	15
2.3.1.3	Liquidação	16
2.3.1.4	Pagamento	17
2.3.1.5	Quadro sinótico – Estágios da despesa.....	17
2.3.2	Suprimento de fundos / adiantamento / reembolso.....	17
2.4	Contabilidade das despesas.....	18
2.4.1	Restos a pagar ou resíduos passivos.....	19
2.4.2	Despesas de exercícios anteriores	19
2.4.3	Anulação de despesas.....	19
2.5	Limitações às despesas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal	20
2.5.1	Limitação de empenho	20
2.5.2	Geração de despesas.....	21
2.5.3	Limitações às transferências voluntárias.....	22
2.5.4	Limitações à destinação de recursos públicos ao setor privado	23
2.5.5	Limitações às obrigações contraídas em final de mandato...	24
2.5.6	Limites para despesas com seguridade social	24
2.5.7	Limites para despesas com pessoal	24
2.5.7.1	Quadro sinótico.....	29
2.6	Despesas constitucionais obrigatórias	30
2.7	Questões	31
CAPÍTULO 3 – RECEITAS PÚBLICAS		33
3.1	Conceito de receita pública	33
3.2	Classificação das receitas	34
3.2.1	Quanto à origem dos recursos ou coercitividade	34
3.2.2	Quanto à periodicidade, regularidade ou uniformidade.....	35
3.2.3	Quanto ao impacto ou afetação patrimonial.....	36
3.2.4	Quanto à natureza ou inclusão no orçamento	36
3.2.5	Classificação legal ou quanto às categorias econômicas....	37
3.2.5.1	Receitas correntes	37
3.2.5.2	Receitas de capital	38
3.2.5.3	Quadro sinótico – Classificação legal das receitas....	40
3.3	Execução orçamentária ou estágios da receita	40
3.3.1	Previsão	40

3.3.2 Lançamento	40
3.3.3 Arrecadação.....	41
3.3.4 Recolhimento	42
3.3.5 Quadro sinótico – Estágios da receita	42
3.4 Disposições relevantes da LRF	42
3.4.1 Responsabilidade na gestão fiscal	42
3.4.2 Previsão de receita.....	43
3.4.3 Renúncia de receita	44
3.4.3.1 Quadro sinótico – Renúncia de receita	45
3.5 Questões	46
CAPÍTULO 4 – CRÉDITOS ADICIONAIS	49
4.1 Introdução e conceito	49
4.2 Classificação dos créditos adicionais	49
4.2.1 Créditos suplementares	50
4.2.2 Créditos especiais.....	51
4.2.3 Créditos extraordinários.....	51
4.2.4 Quadro sinótico – Créditos adicionais	53
4.3 Questões	54
CAPÍTULO 5 – ORÇAMENTO PÚBLICO	57
5.1 Origem do orçamento.....	57
5.2 Conceito de orçamento.....	57
5.3 Constituição orçamentária.....	58
5.4 Natureza jurídica do orçamento	58
5.4.1 Orçamento como mero ato administrativo.....	58
5.4.2 Orçamento como lei em sentido formal	58
5.4.3 Orçamento como lei em sentido material e formal	59
5.4.4 Orçamento como lei em relação à receita e ato administrativo no tocante à despesa	60
5.4.5 Orçamento como ato-condição	60
5.5 Princípios orçamentários	61
5.5.1 Princípio da universalidade	62
5.5.2 Princípio da exclusividade orçamentária	63
5.5.3 Princípio da unidade.....	63
5.5.4 Princípio da legalidade.....	64

5.5.5	Princípio da não afetação ou não vinculação dos impostos	65
5.5.6	Princípio do equilíbrio.....	66
5.5.7	Princípio do orçamento-bruto	67
5.5.8	Princípio da anualidade ou da periodicidade	67
5.5.9	Princípio da precedência	68
5.5.10	Princípio da especificação, especialização ou discriminação	69
5.5.11	Princípio da proibição do estorno de verbas	70
5.5.12	Princípio da publicidade ou transparência	71
5.5.13	Princípio da quantificação ou limitação dos créditos orçamentários.....	71
5.6	Leis orçamentárias	72
5.6.1	Espécies.....	72
5.6.1.1	Lei do Plano Plurianual (PPA).....	72
5.6.1.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	73
5.6.1.3	Lei Orçamentária Anual.....	75
5.6.2	Processo legislativo específico	76
5.6.2.1	Introdução.....	76
5.6.2.2	Iniciativa	76
5.6.2.3	Tramitação e emendas	77
5.6.2.4	Rejeição dos projetos de leis orçamentárias	78
5.6.2.5	Vedações orçamentárias.....	78
5.6.2.6	Controle concentrado de constitucionalidade das leis orçamentárias.....	79
5.7	Questões	80
CAPÍTULO 6 – CRÉDITO PÚBLICO.....		87
6.1	Conceito	87
6.2	Natureza jurídica	87
6.3	Classificação dos empréstimos públicos	88
6.3.1	Quanto à origem ou local de captação dos recursos	88
6.3.2	Quanto à forma ou liberdade de contratar.....	88
6.3.3	Quanto ao prazo ou duração do contrato.....	89
6.3.4	Quanto à resgatabilidade.....	89
6.3.5	Quanto à classificação constitucional.....	89
6.4	Limites ao endividamento público	90

6.4.1	Limites constitucionais.....	90
6.4.2	Limites na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	91
6.4.2.1	Conceitos fundamentais.....	91
6.4.2.2	Fixação dos limites	92
6.4.2.3	Recondução da dívida aos limites	93
6.4.2.4	Condições para contratação de operações de crédito.....	94
6.4.2.5	Vedações	95
6.4.2.6	Condições para operações de crédito por antecipação de receita (AROs)	97
6.5	Intervenção	98
6.6	Questões	98
CAPÍTULO 7 – PRECATÓRIOS		101
7.1	Previsão constitucional.....	101
7.2	Conceito	101
7.3	Abrangência da expressão “Fazenda Pública”	102
7.4	Procedimento.....	103
7.5	Débitos de natureza alimentícia	105
7.6	Condenações de pequeno valor.....	106
7.7	Cessão de precatório	108
7.8	Penhora e compensação	108
7.9	Sequestro e intervenção.....	109
7.10	Regime especial para débitos vencidos e não pagos.....	109
7.11	Correção monetária e juros	111
7.12	Questões	111
CAPÍTULO 8 – CONTROLE FINANCEIRO.....		113
8.1	Introdução	113
8.2	Controle interno	113
8.3	Controle externo.....	114
8.3.1	Introdução	114
8.3.2	Natureza jurídica do Tribunal de Contas e de suas decisões.....	116
8.3.3	Histórico do Tribunal de Contas	117
8.3.4	Jurisdição.....	118

8.3.5	Composição.....	119
8.3.6	Competências constitucionais	120
8.3.6.1	Função consultiva	120
8.3.6.2	Função judicante.....	121
8.3.6.3	Função de controle de atos de pessoal.....	123
8.3.6.4	Função fiscalizadora	125
8.3.6.5	Função informativa.....	127
8.3.6.6	Função sancionadora	127
8.3.6.7	Função corretiva	128
8.3.6.8	Função de representação.....	129
8.4	Funções infraconstitucionais.....	129
8.5	Funções relacionadas	130
8.6	Questões	131

PARTE II
DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO
AO CONSUMIDOR

CAPÍTULO 1 – ORDEM ECONÔMICA	135
1.1 Introdução e conceito de Direito Econômico.....	135
1.2 A ordem econômica no sistema constitucional brasileiro	136
1.2.1 Evolução histórico-constitucional.....	136
1.2.2 A Constituição de 1988 como modelo de constituição econômica.....	137
1.2.3 Fundamentos e finalidade	137
1.2.4 Princípios da ordem econômica	140
1.2.4.1 Soberania nacional.....	140
1.2.4.2 Propriedade privada.....	140
1.2.4.3 Função social da propriedade	140
1.2.4.4 Livre concorrência.....	141
1.2.4.5 Defesa do consumidor	142
1.2.4.6 Defesa do meio ambiente	142
1.2.4.7 Redução das desigualdades regionais e sociais	142
1.2.4.8 Busca do pleno emprego.....	143
1.2.4.9 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	143

1.2.5	Quadro sinótico – Fundamentos, finalidade e princípios da Ordem Econômica na CF/1988	144
1.2.6	Capital estrangeiro	144
1.3	Intervenção do Estado na economia na CF/1988	144
1.3.1	Classificação das atividades econômicas	146
1.4	Intervenção direta do Estado na atividade econômica	147
1.4.1	Atividade econômica em sentido estrito	147
1.4.1.1	Segurança nacional e relevante interesse coletivo	147
1.4.1.1.1	Entidades empresárias	148
1.4.1.2	Monopólio	151
1.4.2	Prestação de serviços públicos	154
1.4.2.1	Criação de empresas públicas e sociedades de economia mista para prestação de serviços públicos ...	156
1.4.2.2	Classificação dos serviços públicos	156
1.4.2.3	Princípios que regem a prestação de serviços públicos	157
1.4.2.4	Remuneração do serviço	158
1.4.2.5	Quadro sinótico – Serviços públicos	159
1.5	Intervenção indireta do Estado na ordem econômica	160
1.5.1	Introdução	160
1.5.1.1	Quadro sinótico – Formas de intervenção indireta do Estado na economia	163
1.5.2	Diretrizes constitucionais e infraconstitucionais	163
1.5.2.1	Regulação e autorização para exploração de recursos naturais	163
1.5.2.2	Contribuição de intervenção no domínio econômico	165
1.5.2.3	Parcerias público-privadas	166
1.6	Política urbana	167
1.6.1	Introdução	167
1.6.2	Função social da propriedade urbana e desapropriação	167
1.6.3	Usucapião urbano	168
1.6.4	Quadro sinótico – Função social da propriedade urbana ...	169
1.7	Política agrícola e fundiária e reforma agrária	169
1.7.1	Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	169

1.7.2	Usucapião <i>pro labore</i>	170
1.7.3	Reforma agrária.....	170
1.7.4	Quadro sinótico – Função social da propriedade rural.....	171
1.8	Questões	172
CAPÍTULO 2 – ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL.....		179
2.1	Introdução	179
2.2	Direito Econômico Internacional	179
2.2.1	Conceito e características.....	179
2.2.2	Sujeitos da ordem econômica internacional.....	180
2.2.2.1	Estados soberanos.....	180
2.2.2.2	Organizações internacionais ou intergovernamentais	181
2.2.2.3	Empresas transnacionais.....	181
2.2.3	Nova ordem econômica internacional.....	182
2.2.3.1	O Sistema Bretton Woods.....	182
2.2.3.2	Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)	182
2.2.3.3	Organização Mundial do Comércio – OMC.....	183
2.3	Integração econômica.....	187
2.3.1	Estágios da integração econômica	187
2.4	União Europeia.....	188
2.5	Questões	191
CAPÍTULO 3 – MERCOSUL		193
3.1	Introdução	193
3.2	Países membros.....	194
3.3	Fontes jurídicas e vigência das normas	195
3.4	Estrutura institucional	195
3.5	Sistema de solução de controvérsias	199
3.5.1	Reclamações de particulares	203
3.5.2	Solução de controvérsias entre o Mercosul e outros países	203
3.6	Questões	204
CAPÍTULO 4 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....		207
4.1	Noções introdutórias	207
4.2	Territorialidade da Lei 12.529/2011	208

4.3	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	209
4.3.1	Introdução	209
4.3.2	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ...	210
4.3.2.1	Estrutura.....	210
4.3.2.2	Tribunal Administrativo.....	210
4.3.2.3	Superintendência-Geral	215
4.3.2.4	Departamento de Estudos Econômicos	217
4.3.2.5	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF	218
4.4	Infrações à ordem econômica	219
4.4.1	Introdução	219
4.4.2	Infrações à ordem econômica na Lei 12.529/2011	220
4.4.2.1	Infrações à ordem econômica em espécie	223
4.4.2.2	A regra da razão	225
4.5	Procedimentos administrativos nas infrações à ordem econômica	225
4.5.1	Cumprimento das decisões.....	227
4.5.2	Inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica e do procedimento preparatório	227
4.5.3	Processo administrativo para imposição de sanções admi- nistrativas por infrações à ordem econômica	229
4.5.4	Penas	231
4.5.5	Prescrição	235
4.5.6	Medidas preventivas.....	235
4.5.7	Compromisso de cessação da prática lesiva à ordem econô- mica	236
4.5.8	Acordo de leniência.....	238
4.6	Execução judicial das decisões do CADE	240
4.6.1	Do processo de execução	240
4.6.2	Da intervenção judicial	241
4.7	Atos de concentração	243
4.8	Processo administrativo no controle de atos de concentração eco- nômica	246
4.9	Questões	250
CAPÍTULO 5 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		251
5.1	Introdução	251

5.2	Disciplina Constitucional	252
5.3	Regulamentação infraconstitucional	253
5.4	Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	253
5.4.1	Subsistema Normativo ou de Supervisão.....	253
5.4.1.1	Conselho Monetário Nacional (CMN)	253
5.4.1.2	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).....	255
5.4.1.3	Banco Central do Brasil (Bacen)	255
5.4.1.4	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	256
5.4.1.5	Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	258
5.4.1.6	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ...	259
5.4.1.7	IRB – Brasil Resseguros (IRB-Brasil Re)	260
5.4.1.8	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC	260
5.4.1.9	Superintendência Nacional de Previdência Complementar – (PREVIC).....	260
5.4.2	Subsistema operativo	261
5.4.2.1	Instituições bancárias.....	262
5.4.2.2	Instituições não bancárias	263
5.4.3	Instituições de natureza especial	265
5.4.3.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	265
5.4.3.2	Caixa Econômica Federal	265
5.4.4	Quadro sinótico – Subsistema operativo.....	266
5.5	Atualização monetária.....	266
5.6	Questões	268
CAPÍTULO 6 – PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR.....		271
6.1	Introdução	271
6.2	Aplicação do CDC no tempo e âmbito de incidência	272
6.3	Conceito de consumidor	273
6.4	Conceito de fornecedor	274
6.5	Princípios vigentes nas relações de consumo.....	275
6.6	Direitos básicos do consumidor	276
6.7	Responsabilidade solidária dos causadores do dano	279
6.8	Proteção à saúde e segurança do consumidor	279

6.9 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	281
6.10 Responsabilidade por vício do produto e do serviço	284
6.11 Responsabilidade no fornecimento de serviços públicos.....	288
6.12 Decadência e prescrição	289
6.13 Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard of legal entity</i>)	290
6.14 Práticas comerciais.....	291
6.14.1 Oferta.....	291
6.14.2 Da publicidade	293
6.15 Das práticas abusivas	295
6.16 Cobrança de dívidas	297
6.17 Bancos de dados e cadastros de consumidores	298
6.17.1 Responsabilidade civil pela inscrição indevida.....	300
6.17.2 Cadastros de reclamações	301
6.18 Proteção contratual.....	301
6.18.1 Cláusulas abusivas	302
6.18.2 Contratos de crédito e financiamento	304
6.18.3 Contratos de compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia	304
6.18.4 Contratos de adesão.....	305
6.19 Das sanções administrativas.....	306
6.20 Das infrações penais.....	308
6.21 Da defesa do consumidor em juízo	309
6.21.1 Ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos.....	311
6.21.2 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.....	312
6.21.3 Da coisa julgada	313
6.22 Questões	314
GABARITO	319
BIBLIOGRAFIA.....	323
ANEXO – QUESTÕES COMENTADAS	327
Contribuição de intervenção no domínio econômico	327
Despesas públicas	329



Receitas públicas.....	334
Sistema Financeiro Nacional	339
Controle interno e externo	340
Orçamento público.....	341
Precatórios.....	342
Empréstimos públicos.....	345
Ordem econômica na CF/1988	347
Mercosul	352